

## **Contribuições acadêmicas de Maria do Livramento Clementino: a interpretação do lugar em suas múltiplas escalas**

### **Academic contributions of Maria do Livramento Clementino: the interpretation of place in its multiple scales**

**Wagna Maquis Cardoso de Melo Gonçalves<sup>1</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho pretende discutir as abordagens teóricas e metodológicas, acerca dos estudos das novas dinâmicas e hierarquias produtivas e os aglomerados urbanos não metropolizados, apresentados pela professora Maria do Livramento Miranda Clementino na ocasião da ministração da disciplina “O Rio Grande do Norte e Natal como objeto e campo de estudo”. Apresentam-se as contribuições do curso e o legado da professora a toda comunidade acadêmica que estuda sobre temas correlatos. Pretende-se contribuir para a consolidação de abordagens teóricas e metodológicas alternativas acerca dos estudos da urbanização em áreas não metropolizadas. Os resultados da metodologia de Clementino apontam que as transformações dos espaços e territórios são: i) produtos de processos heterogêneos e conflitivos, e resultados de lutas sociais históricas; relações econômicas, políticas, culturais; bem como de poder; ii) que não deve haver recortes territoriais sem significado explicativo e liberto da analogia cartográfica; iii) a configuração do território é resultado balanceado da atuação das forças políticas e econômicas; e iv) as formulações heterodoxas e a interdisciplinaridade são importantes na concepção teórica e metodológica na análise dos conflitos que estruturam um determinado espaço e seu legado às gerações futuras. Conclui-se que Clementino apresenta três grandes procedimentos em sua metodologia sobre os estudos do lugar: i) os métodos e as advertências a serem consideradas; ii) a importância de caracterizar, situar historicamente e mediar o local ora estudado, dentro de um contexto de múltiplas escalas; e iii) a necessidade de realizar reflexões acerca dos cenários recentes de transformações do lugar e seus respectivos indutores.

**Palavras-chave:** Abordagens teóricas e metodológicas. Interpretações das escalas. Urbanização. Áreas não Metropolizadas. Região Metropolitana de Natal.

**Abstract:** The present work intends to discuss the theoretical and methodological approaches, about the studies of the new productive dynamics and hierarchies and the non-metropolized urban agglomerations, presented by professor Maria do Livramento Miranda Clementino at the time of the discipline “Rio Grande do Norte and Natal as an object and field of study”. The course’s contributions and the teacher’s legacy are presented to the entire academic community that study on related topics. It is intended to contribute to the consolidation of alternative theoretical and methodological approaches to urbanization studies in non-metropolitan areas. The results of Clementino’s methodology point out that the transformations of spaces and territories are: i) products of heterogeneous and conflicting processes, and results of historical social struggles, economic, political, cultural and power relations; ii) that there should be no territorial sections without explanatory meaning and free from the cartographic analogy; iii) the configuration of the territory is a balanced result of the performance of political and economic forces, and iv) heterodox formulations and interdisciplinarity are important in the theoretical and methodological conception in the analysis of conflicts that structure a given space and its legacy to future generations. It is concluded that Clementino presents three major procedures in its methodology on the studies of the place: i) the methods and warnings to be considered; ii) the importance of characterizing, historically situating and mediating the place, now studied, within a context of multiple scales and ii) the need to reflect on the recent scenarios of transformations of the place and their respective inducers.

**Keywords:** Theoretical and Methodological approaches. Scale Interpretations. Urbanization. Non-Metropolitan Areas. Metropolitan Region of Natal.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora no Departamento de Ciências Econômicas e Quantitativas da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). E-mail: [wagnamaquis@gmail.com](mailto:wagnamaquis@gmail.com)

## Introdução

O lugar como uma escala espacial, sua importância, seu papel e seu poder nas determinações socioeconômicas e nas dinâmicas urbanas regionais têm sido frequentemente debatidos em pesquisas acadêmicas<sup>2</sup>, nos encontros científicos, nos debates políticos e nos meios de comunicação em geral. Essas discussões refletem sobre as questões de disputas entre o poder local e o global, além da centralidade que o tema vem ganhando. Mas afinal, como o poder local e o global se relacionam ao ponto de moldar novas dinâmicas e centralidades urbanas?

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é refletir acerca das contribuições teóricas e metodológicas da economista e socióloga Maria do Livramento Clementino, sobre os temas relacionados à complexidade, dificuldades e importância de estudar as diversas escalas, as novas dinâmicas e hierarquias produtivas, bem como o surgimento de novas centralidades urbano-regionais e aglomerados urbanos não metropolizados. A teórica é conhecida por suas contribuições aos estudos sobre desenvolvimento regional, dinâmica territorial, políticas públicas e regiões metropolitanas, e sempre tem se aprofundado e tecido grandes contribuições aos estudos sobre a Região Metropolitana de Natal – RMN<sup>3</sup>, no estado do Rio Grande do Norte, da Região Nordeste do Brasil.

Assim, discutir as abordagens teóricas e metodológicas acerca dos temas locais, regionais e globais, relacionadas ao desenvolvimento espacial e suas implicações no cotidiano da vida das pessoas, empresas e governos, tem sido por décadas o campo de estudo da professora, o qual, na maioria das vezes, toma como exemplo o legado da cidade de Natal e sua contribuição para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Clementino tem uma vasta produção no campo de estudos sobre fenômenos metropolitanos e regionais, transformações territoriais e governança metropolitana (Clementino, 1985; 1990; 2015; 2016; 2019, entre outras), além do mais, também é coordenadora regional do núcleo de Natal do Observatório das Metrôpoles.

Dessa forma, o texto abordará em sua essência o resgate e ao mesmo tempo suporte e incentivo para o fortalecimento de um pensamento teórico-crítico, apresentando metodologias alternativas usadas por Clementino em seus estudos sobre dinâmicas territoriais na disciplina: “O Rio Grande do

---

<sup>2</sup> A título de exemplo, dentro do Observatório das Metrôpoles, no qual Clementino é a coordenadora regional do núcleo de Natal, há vários projetos de pesquisa em andamento, tais como: 1) Organização do espaço urbano-metropolitano e construção de parâmetros de análise das dinâmicas de metropolização; 2) A Megarregião Rio de Janeiro-São Paulo; 3) Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional. Mudanças da base produtiva e mercado de trabalho, entre outras.

<sup>3</sup> Deve-se destacar que a RMN tem apresentado forte processo de urbanização nas últimas décadas, porém, não se trata de uma área não metropolitana de fato, mas sim uma aglomeração urbana em processo de metropolização, uma vez que seus fenômenos metropolitanos não acontecem em sua plenitude (CLEMENTINO E FERREIRA, 2015).

Norte e Natal como objeto e campo de estudo<sup>4</sup>”, ministrada aos discentes dos Programas de Pós Graduação em Ciências Sociais e de Estudos Urbanos e Regionais, ambos vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Neste íterim, no curso ministrado, Clementino trouxe a apresentação de metodologias e paradigmas que contribuem para a análise e interpretação crítica do objeto concreto local através de estudos comparados, abordando o desenvolvimento e interação das diversas escalas (local, regional e global) sobre a problemática urbana recente e as consequências à (re)estruturação do espaço e do território com base no caso potiguar. No entanto, Clementino ressalta que essa metodologia também pode ser considerada, em outras análises concretas, pertinentes aos fenômenos vinculados com as dinâmicas urbanas e regionais, uma vez que representa interpretações comparadas no âmbito de diversas escalas.

Com relação às questões de ordem metodológica utilizadas para desenvolver este artigo, foram tomadas como base a análise da bibliografia e dos documentos listados no programa da referida disciplina e organizadas seguindo a dinâmica utilizada em sala de aula. Primeiro, Clementino orientou sobre os métodos e conceitos das categorias que são consideradas no estudo das escalas; em seguida, orientou sobre a caracterização do lugar e finalmente orientou sobre como mediar o lugar com as suas transformações recentes. Dessa forma, buscou-se organizar os tópicos deste artigo dando a mesma ênfase na dinâmica metodológica utilizada em sala de aula na ocasião do referido curso.

Por fim, além da presente parte introdutória e considerações finais, o trabalho fica estruturado da seguinte maneira: o primeiro subitem, intitulado de “Estudando o local: métodos, conceitos e advertências”, apresenta um breve estudo sobre as escalas, com ênfase no local, debatendo os conceitos e métodos de investigação na área. O segundo subitem apresenta as considerações de Clementino acerca das mediações necessárias a serem consideradas no delineamento das diversas escalas espaciais para situar, num contexto histórico determinado, o lugar. E, por fim, o terceiro subitem traz informações para pensar de forma crítica e interdisciplinar as transformações locais, tomando como exemplo a história recente do caso de Natal, no Rio Grande do Norte, e sua região metropolitana. Espera-se que este texto contribua para o debate sobre os estudos das transformações urbano-regionais, oferecendo mais uma abordagem teórico-metodológica sobre o tema.

---

<sup>4</sup> Curso temático ministrado no primeiro semestre de 2016, no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

## 1. Estudando o local: métodos, conceitos e advertências

Clementino (2016) inicia suas falas alertando para as devidas advertências a serem adotadas quando se pesquisa sobre regiões e lugares, enfatizando a desatenção que se tem com as especificidades estruturais do local estudado. A teórica compactua com Brandão (2003) sobre tais advertências. Segundo esta intelectual, existe um pensamento na literatura internacional contemporânea que - não por acaso - é adotado de forma mecânica e indiscriminada no país. Tal pensamento unívoco proclama que bastaria as escalas subnacionais cumprirem as “exigências” da globalização, ajustando-se, adaptando-se e submetendo-se a esse “novo imperialismo da partilha dos lugares eleitos”, para se tornarem um espaço receptivo e conquistador da confiança dos agentes econômicos mais poderosos. Segundo o mesmo autor, as políticas públicas locais que seguem este pensamento, negligenciam cabalmente as questões estruturais do país e as marcantes especificidades de suas regiões. Da mesma forma, Clementino (2016) enfatiza tal crítica, como uma advertência para chamar a primeira atenção sobre as especificidades do local em relação as suas estruturas.

A leitura de Cano (1998, 2008) que Clementino (2016) fez em seu curso sobre a regionalização da produção capitalista no país, bem como seus efeitos para os desequilíbrios regionais, dá o ar de heterodoxia à metodologia utilizada em seu debate. Para Clementino, analisar o desenvolvimento regional é um “processo dinâmico” que nos moldes da ortodoxia econômica acaba sendo uma metodologia insuficiente. Assim, ela também enfatiza que deve ser priorizada uma visão heterodoxa, pois o desenvolvimento regional carrega consigo, concomitantemente, a histórica e estrutural do lugar em questão. Para a teórica, o conceito de “dinâmica” leva em conta o contexto, as circunstâncias e a passagem de uma situação para outra, e, por isso, deve-se ter cautela quando é analisado através da adoção indiscriminada de modelos de projeções econométricas ortodoxas.

Dessa forma, a crítica que os autores apresentados por Clementino (2016), como Vainer (1999), Brandão (2003) e Cano (1998, 2008), trazem a importância dos estudos das escalas: “é preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a escala específica destes, mas em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento” (BRANDÃO, 2003, p. 7). Vainer (1999, p. 141), por sua vez, atenta para as narrativas escalares sobre “qual seria a escala pertinente, seja para a análise econômica e social, seja para a ação política eficaz”.

Criticando as teorias tradicionais da economia regional, Clementino (2016) trouxe os escritos de Brandão (2003), que apresentam uma lista de dezenas de vertentes teóricas atuais, as quais defendem irrestritamente a escala local. Para ele, boa parte dessa literatura apresenta listas intermináveis de vantagens relativas locais “contrapondo um mundo *clean*, pouco conflituoso, diversificado, de indivíduos talentosos, convivendo proximamente; com um mundo *dark*, pouco solidário, massificado, rígido, politizado, de classes sociais antagônicas, *etc*” (BRANDÃO, 2003 p. 13). Dentre as teorias mais conhecidas citadas por Brandão (2003) estão a “Sociedade (e Economia) em Rede”; a “Nova Geografia Econômica”; a “Teoria do Crescimento Endógeno; o Capital Social; o Pós-Fordismo Regulacionista”; o “Desenvolvimento Local Integrado Sustentável”; os “Planos Estratégicos Locais; a Governança Local e *Best Practice*”, e por fim, a “Economia Solidária e Popular”. (BRANDÃO, 2003, p. 10-13).

Vainer (1999) também apresenta alguns autores que defendem o engajamento das cidades na competição global, apresentando teorias e autores que convergem com os que estão contidos na lista apresentada por Brandão (2003). Segundo Vainer (1999) em síntese, a ideia dominante enfatiza que o novo sistema técnico econômico, para inserir o local como centro de gerência global, visa à produtividade e competitividade econômica, à integração sociocultural e representação, assim como a gestão política. Dessa forma, munido de tais sistemas, o governo local teria maior capacidade (mais que os Estados Nacionais) de controlar e dirigir os fluxos globais de poder, riqueza e tecnologia, bem como representar a pluralidade de interesses sociais e manutenção da identidade.

A crítica que Clementino (2016) deixa em seu curso é que o campo ocupado pelos localistas não é apenas de consultores de agências multilaterais e consultores internacionais, mas também de uma parte da “academia cada vez mais domesticada pelas pautas de pesquisa e treinamento das agências globais” (VAINER, 1999, p. 143). Estas desejam ou assegurar a incorporação do local ao movimento do capital global (neolocalismo competitivo) ou encontrar uma forma de combater esse movimento (neolocalismo autogestionado e libertário) – com pautas que rejeitam cada vez mais a escala nacional como campo e ator predominante de ação política. Assim, o poder local é, atualmente, a visão hegemônica.

Clementino (2016) também mostra que, se por um lado há o grupo dos localistas, por outro também há o oposto. Os mesmos textos dos autores tratados até então também apresentam críticas à transformação do global como esfera de luta política. Segundo Vainer (1999, p. 141), os “globalistas” propugnam a existência de uma sociedade civil globalizada para construir e fortalecer a cidadania global. Para Brandão (2003, p. 22-23), no atual estágio de desenvolvimento capitalista, a grande

mobilidade e flexibilidade do capital expõe a natureza desigual da acumulação e produz um espaço múltiplo, onde as reais escalas espaciais dão ao desenvolvimento desigual toda coerência. Ainda segundo Brandão (2003, p. 22-23), “a exacerbação do desenvolvimento desigual dentro das diversas nações e dos blocos de nações tem levado a crescentes diagnósticos e intervenções públicas compensatórias do processo reconcentrador”.

Munida destas referências, Clementino (2016) mostra que o discurso globalista defende que, numa sociedade global, a qual compreende seus processos, estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, mesmo que operem de modo desigual e contraditório, estão articuladas. Para Vainer (1999), há poucos questionamentos e divergências sobre a existência da globalização como um processo de unificação do espaço global, o qual vem ocorrendo desde os anos 1970 reconfigurando as relações entre “Estado, economia e sociedade de um lado e entre Estados nacionais e corporações transnacionais, de outro lado” (VAINER, 1999, p. 141). Contudo, a professora Clementino (2016) ressalta que este processo acaba sendo tanto causa como consequência da dissolução dos estados nacionais.

Foi pensando nesses dois extremos que Clementino propôs, sob as perspectivas dos autores, a importância de uma nova forma de pensar o espaço e as ações políticas que incorrerão sobre o espaço em questão. Vainer (1999), muito bem elogiado por Brandão (2003), propõe a construção de estratégias (analíticas e políticas) transescalares. Por outro lado, o próprio Brandão sugere que para o enfrentamento dessas visões extremistas (local x global) seria necessário tanto a discussão de propostas alternativas, como o tratamento adequado da articulação de todas as escalas geográficas, pois a escala nacional é uma construção histórica, social, política e econômica.

A revisão, no que concerne ao debate das escalas da ação política, é importante para compreender que elas são produzidas em processos heterogêneos e conflitivos e que, antes de serem os campos de ação políticas, constituem um universo de resultados de lutas sociais históricas, relações econômicas, políticas, culturais e poder, que operam na interação entre as escalas local, nacional e global. Portanto, respaldada por Castro (1995) e demais autores supracitados, essa é a lição que a professora deixa na primeira parte da disciplina: as escalas não são dadas, não são objetos concretos na primeira vista, mas são objetos em que a definição para estudos, embates, conflitos e ação, se dará; ou seja, é um objeto produzido com a abstração, liberto da analogia cartográfica, pois não há recortes territoriais sem significado explicativo. Dessa forma, o estudo do Rio Grande do Norte e/ou Natal é um exemplo claro sobre a aplicação desta abordagem metodológica.

## 2. Caracterizando e situando o lugar: escalas e mediações

Em busca de um roteiro que ajude a refletir sobre a caracterização do lugar, a professora Clementino (2016) recorre a textos que resgatem a herança histórica do desenvolvimento do lugar pesquisado, usando como exemplo o estado do Rio Grande do Norte. Para tanto, o livro “O maquinista de algodão e o capital comercial”, de sua autoria, é o ponto inicial para entender a caracterização da economia potiguar na dinâmica de instalação do complexo nordestino dentro de um sistema “mais amplo de reprodução do capital [globalizado] em que ele se insere” (CLEMENTINO, 1985 p. 5). Vale salientar também que o resgate da herança histórica do Rio Grande do Norte constantemente é confrontado com o cenário atual da economia estadual por Clementino (2016), como forma de realizar as devidas mediações que contribuem para o entendimento da configuração do estado, lugar por ela pesquisado. Ao caracterizar a economia potiguar, Clementino (1985, p. 6) diz que:

O Rio Grande do Norte é um estado pobre e com insignificante participação na vida econômica do país: 0,9% da renda bruta do Brasil e 5,9% da renda bruta do Nordeste, no período 1944-1968. Suas débeis estruturas econômicas e precárias relações capitalistas de produção impediram-lhe de participar mais favoravelmente do processo de industrialização da economia brasileira que se inicia nos anos 30. [...] Por outro lado, até a fase histórica recente, o Rio Grande do Norte, diferentemente de outros estados do Nordeste [Bahia, Pernambuco e Ceará], não pôde oferecer maior ‘espaço econômico’ para que o capitalismo nacional ali penetrasse de forma mais decisiva, impulsionando sua transformação e promovendo a modernização. Isso só vai ocorrer, timidamente, nos anos 70.

Merece ser destacado que Clementino (2016) chama a atenção para as análises do *mainstream* da denominada ciência econômica regional e urbana, que partem da constatação da desigualdade na distribuição espacial dos fatores de produção e das atividades, mas que não se detém às amarras históricas que conduziram à situação de desigualdade. Para demonstrar, a professora cita os relatórios e recomendações/imposições produzidas pelos técnicos de agências internacionais, a exemplo dos relatórios e cartilhas produzidas pelo Banco Mundial, que condicionam o apoio técnico/financeiro a uma série de adoção de medidas que, muitas vezes, não condizem com a realidade local. No caso do Rio Grande do Norte, tem o programa RN Sustentável (GOV. DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012).

Segundo Brandão (2003), tomando como referência a formação e desenvolvimento da economia brasileira na análise do (re)desenho da geografia econômica mundial, pode-se entender que as mudanças históricas ocorridas no processo de acumulação de capital, no surgimento de novas relações econômicas e políticas, impuseram ao Brasil um complexo processo de produção de sua base produtiva à medida que as fronteiras territoriais eram delineadas.

Dessa forma, nas fronteiras da geografia econômica mundial, cabe ao Brasil (recém-formado) e aos demais países periféricos a função de complementaridade da produção mundial, para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho e de outros elementos componentes do capital de países capitalistas avançados (CLEMENTINO, 1985). Segundo Clementino (2016), este legado está presente até os dias de hoje. Assim, compete à periferia nessa “divisão de tarefas” produzir alimentos e matérias primas em massa a baixos preços para a valorização do capital industrial no centro hegemônico, contudo, apresentando também mercado interno para a produção industrial externa.

No curso ministrado, ao discorrer acerca da análise da inserção econômica do Rio Grande do Norte nas escalas regional, nacional e mundial, Clementino (2016) defende que na década de 1930, os padrões de acumulação do capital industrial assumem notório espaço na economia e sociedade brasileira, criando espaços de desigualdade no desenvolvimento da indústria regionalizada. Utilizando um recurso autoral, Clementino comenta as consequências acerca dos padrões de acumulação a nível setorial e regional:

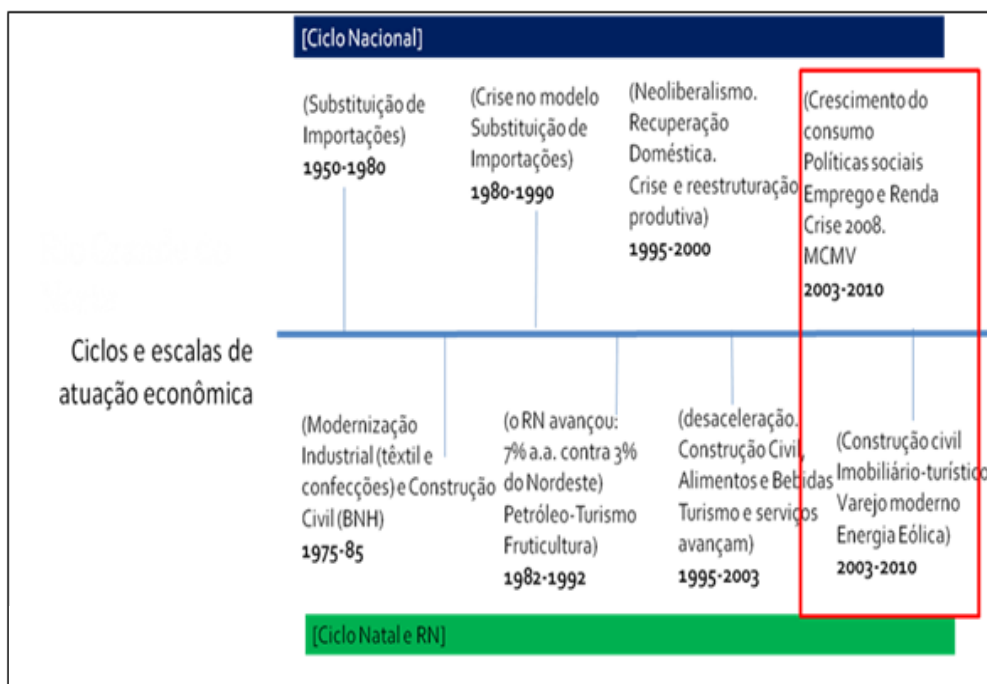
Cria-se, internamente, uma base de acumulação mais sólida, que favorecerá progressivamente o avanço da industrialização; assiste-se a uma crescente concentração e centralização do capital que repercutirá de forma distinta sobre a divisão do trabalho a nível setorial e regional; e a fração industrial da classe capitalista assume progressivamente a dominação econômica e a hegemonia política (CLEMENTINO, 1985, p. 9).

Os benefícios do progresso técnico, advindos da penetração do capital industrial internacional na economia nacional e sua repartição setorial e regional, apenas aprofundaram o quadro de desigualdades na distribuição espacial dos fatores de produção e das atividades. Contudo, Clementino (2016) também adverte que as raízes do quadro de desigualdades brasileiras antecedem este momento (séc. XIX); refere-se a quando foi implantada no século XVI, no Nordeste brasileiro, uma “empresa agrícola de exportação” (CANO, 2002).

Para chamar a atenção para estes detalhes, Clementino (2016) realizou em sala de aula uma periodização dos ciclos nacional em comparação com os ciclos potiguar, a partir dos anos 1950 até 2010, conforme está demonstrado na figura 1 abaixo. Isso, com a intenção de apresentar as diferentes dinâmicas de inserção do capital no quadro de desigualdade e atraso no desenvolvimento regional potiguar em relação ao Brasil.



**Figura 1 - Quadro de periodização do ciclo econômico potiguar *versus* nacional**



Fonte: Clementino (2016).

A metodologia utilizada por Clementino (2016) se pauta na preocupação de inserir os marcos teóricos gerais e fazer as mediações necessárias com o devido resgate histórico da formação econômica do Rio Grande do Norte nas particularidades do desenvolvimento do Nordeste e do Brasil. Isto é, analisa o lugar em suas devidas escalas dentro dos respectivos marcos históricos. Essas mediações vão dando forma às características peculiares do objeto de estudo, que no caso de Clementino (2016) é pesquisar sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, em geral, e do município de Natal, em particular.

Clementino (1985; 1990) apresenta a história da expansão econômica do Rio Grande do Norte, explicando a relação subordinada e dependente da economia potiguar com a economia nacional. Nesse caso, a autora chama a atenção que tanto a economia potiguar quanto a economia brasileira, no período apurado, apresentavam uma trajetória da industrialização de caráter complementar, voltada à produção de bens primários (sobretudo de extração) e não duráveis, ou seja, mantendo sua herança agroexportadora.

No entanto, foi nos anos 1980, época em que o país “padeceu” do ponto de vista econômico, que apareceram novas atividades produtivas no estado do Rio Grande do Norte. De certa forma, este cenário modificou o quadro básico de produção, no sentido de produzir uma maior diversificação da

atividade produtiva (CLEMENTINO, 1990), tendo o Rio Grande do Norte apresentado taxa de crescimento acima da média regional e nacional, elevando inclusive, sua posição no *ranking* na formação do Produto Interno Bruto – PIB nacional. “Assim, em 2000, a participação da economia potiguar na formação do Valor Adicionado Bruto - VAB do Nordeste era de 6,44%, representando um incremento de 12,35% em relação à sua participação no início do período” (GARCIA, 2001, p. 17). Essa contradição dos anos 1980 dá o fôlego para as novas mediações que Clementino (2016) abordou no curso.

Conforme está descrito na figura 01, nos anos 1982 a 1992, o Rio Grande do Norte introduziu em sua economia petróleo, turismo e fruticultura; nos anos 1995 a 2003, foi a vez da construção civil, alimentos, bebidas e serviços. De 2003 a 2010, o turismo e o imobiliário deram lugar ao fenômeno “imobiliário-turístico” no âmbito da construção civil, atraindo grandes conglomerados do varejo moderno (*Wal-Mart*, lojas de departamentos) ampliação do segmento de serviços e, por fim, a energia eólica.

Cabe, neste momento, mencionar ainda outra contradição no processo de produção capitalista existente no RN: “a ausência de uma rede urbana no estado” (CLEMENTINO, 1990, p. 224). Para a pesquisadora/professora, esta é uma evidência nítida da natureza contraditória do processo de desenvolvimento do capitalismo no país e de sua urbanização. Porém, conforme Brandão (2003) cita, a distância do mercado hierarquiza o território, estruturando-o em rede de centros urbanos. Foi assim que, novamente, Clementino (2016) recorreu às mediações dos aspectos locais com o global para explicar a contradição existente. Para Clementino (1990), o urbano no Nordeste não pode, pois, ser apreendido sem uma percepção do caráter de intervenção do Estado nesse espaço regional e sua articulação com o capital mercantil de origem local. “Só assim, é possível entender a existência das cidades, do porte e das funções que Natal apresenta como capital estadual” (CLEMENTINO, 1990, p. 224).

Assim, Clementino (2016) credita às zonas de mercado consumidor e ordenamentos da produção a escolha do lugar para localização e distribuição espacial das estruturas econômicas. “Nesse sentido, a discussão do tamanho do mercado e das distâncias se tornou parâmetro fundamental da análise, [porém] as escolhas de lugar para produzir e consumir são complexas” (BRANDÃO, 2003, p. 32).

Nos ensinamentos de Clementino (2016) acerca da articulação teórica, histórica, dialética e mediadora sobre a interdependência econômica dos lugares (local, regional, nacional e global) no ciclo de reprodução do capital em instâncias mais elevadas, a lição que fica são elementos

essencialmente necessários na pesquisa sobre desenvolvimento local e regional, sendo a configuração regional e urbana o resultado mais ou menos balanceado da atuação da complexidade das forças atuantes nas diversas escalas. Dessa forma, o tópico seguinte se encarregará de apresentar as mediações usadas por Clementino (2016) para análise da intervenção do Estado e sua articulação com o capital nas transformações recentes do espaço urbano, com foco no município de Natal/RN.

### **3. Pensando nas transformações locais recentes: Natal e sua região metropolitana**

Conforme citado no tópico anterior, a dinâmica urbana no nordeste do Brasil não pode ser apreendida sem considerar a intervenção do Estado e sua articulação com o capital. Este tópico se encarregará de elencar as mediações apresentadas no curso por Clementino (2016) para análise das relações entre o Estado e o capital nas transformações recentes de Natal e sua região metropolitana.

Clementino, além de professora e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles, também é autora de diversos livros de assuntos relativos à Natal, Rio Grande do Norte, regiões metropolitanas brasileiras, transformações socioespaciais, políticas públicas e urbanização. Ela faz uso, com grande propriedade, de diversos termos e conceitos como: grau de integração metropolitana, metropolização, conurbação, aglomerados urbanos, transbordamentos direcionais e macrocefalia urbana relacional. Essas categorias são utilizadas para analisar os impactos, as formas e escalas de planejamento das políticas públicas que o governo estadual e municipal têm lançado mão para promover o desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

Deste modo, questões relacionadas com a análise da produção social do lugar estão estreitamente ligadas com a diversidade das cidades e regiões a partir de suas raízes culturais, históricas e da estrutura produtiva. Clementino e Ferreira (2015, p. 1), ao analisarem as transformações recentes na dinâmica urbana da Região Metropolitana de Natal, atestam que “as mudanças podem ser verificadas sob diversas óticas”, sobretudo as que envolvem a área econômica, social e geográfica.

No entanto, ressaltam que para entender tais transformações é extremamente relevante o conhecimento da integração produtiva e do dinamismo alcançado pelo mercado nacional e a atuação do Estado que remetesse ao período anterior ao neoliberalismo no Brasil, ou seja, antes do final da década de 1980. Isso porque a lógica capitalista, sendo ela propriamente desigual, produziu efeitos desiguais nos “diversos territórios” brasileiros.

Em um período anterior ao neoliberalismo – sob inspiração keynesiana –, importantes questões sobre o papel das despesas governamentais, da arrecadação de impostos e do desempenho das finanças públicas eram importantes. Atualmente, a guerra fiscal dos estados, os subsídios tributários, questões logísticas, fundiárias e salariais, “tem conduzido a um preocupante comprometimento a longo prazo das finanças locais e embotado o debate das verdadeiras questões estruturais do desenvolvimento” (BRANDÃO p. 9-10). Credita-se também nesta conta o acúmulo de dívidas contraídas pelo Estado com políticas públicas “patrocinadas” pelos Organismos Internacionais, que vem sendo pauta das pastas locais como importantes instrumentos para o desenvolvimento e redução das desigualdades intrarregionais.

Segundo Clementino e Ferreira (2015), o neoliberalismo no país foi precocemente internalizado pelos estados do Nordeste. Neste contexto de transformações macroeconômicas e sociais, no bojo do processo de reestruturação produtiva e globalização, a lógica da competitividade dos lugares mais atrativos para realizar “um bom negócio” e da gestão pública eficiente, enxuta e com participação mínima do Estado, transformou-se no vetor que conduz a prática desenfreada da venda do território na busca de atrair novos investimentos.

Nesse caso, Clementino (2016) chama a atenção que é com a introdução da lógica neoliberal que as articulações da “venda da região ou da cidade”, as dinâmicas urbanas e a reconfiguração territorial fizeram emergir aglomerações urbanas metropolizadas e não metropolizadas. Os centros intermediários (fora do eixo Rio-São Paulo) também ganham espaço, onde alguns núcleos urbanos e regionais emergem com alta centralidade (CLEMENTINO E FERREIRA, 2015). Considerando o caso específico de Natal, Clementino (2016) atesta que o processo de metropolização é visível com tendências de continuidade e que, de certa forma, está influenciada pelo peso funcional da situação política administrativa como capital de unidade federativa. Assim, Clementino e Ferreira (2015) consideram Natal apenas como uma metrópole em formação; sua região metropolitana<sup>5</sup> se trata de uma aglomeração urbana não metropolizada, mas que também pode ser chamada de metrópole estadual uma vez que os fenômenos metropolitanos não acontecem em sua plenitude. Nas palavras de Clementino e Ferreira (2015):

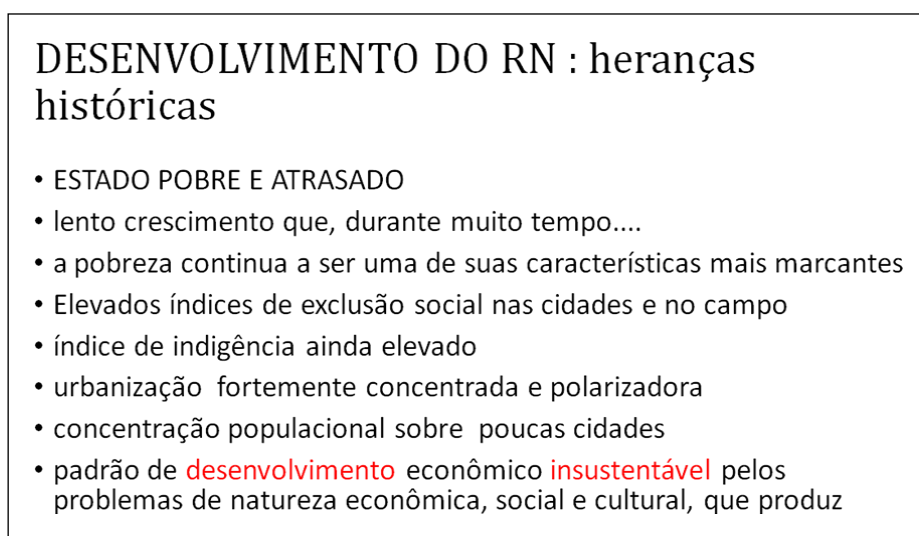
---

<sup>5</sup> Natal foi institucionalizada como Região Metropolitana em 1997. Atualmente conta com 12 municípios: Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará - Mirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Monte Alegre, Vera Cruz, Maxaranguape e Ielmo Marinho. (Notas de aula da disciplina).

Ao considerar o processo da metropolização brasileira e tomando Natal como uma “aglomeração urbana não metropolizada”, pode-se dizer que os efeitos daí decorrentes ocorreram localmente em menor grau e intensidade. No entanto, internamente e em relação às particularidades de cada processo, os impactos podem corresponder às dinâmicas urbanas e reconfigurações territoriais diferenciadas (CLEMENTINO e FERREIRA, 2015, p. 1).

Nesses termos, numa perspectiva local/estadual, tanto a Região Metropolitana de Natal, como o resto do território potiguar, apresentam singularidades na dinâmica de constituição de seus espaços. Para Clementino (2016), na realidade, há a) expressiva desigualdade no poder de articulação intraestadual nos âmbitos político, social e econômico; b) polarização da distribuição das atividades econômicas e dos investimentos de recursos públicos e privado e c) arranjos espaciais e territoriais diferenciados. Na verdade, o que se percebeu ao longo das aulas do curso é que essas constatações representam a herança do desenvolvimento do Rio Grande do Norte e, segundo Clementino (2016), não há nada de novo, apenas uma atualização do que já se ocorria na região desde os seus primórdios, conforme é ilustrado na figura a seguir (figura 2).

**Figura 2 - Características gerais do desenvolvimento do RN**



**Fonte:** Clementino (2016).

Segundo Clementino (2016), o padrão seletivo das diversas políticas públicas para o Rio Grande do Norte, implantadas principalmente nos anos 2000 a 2010, privilegia a capital Natal. É nesse sentido que Clementino (2016) esclarece no curso sua tese da “macrocefalia da rede urbana de Natal”. Para Clementino e Ferreira (2015, p.09), “a Capital é privilegiada, pois a lógica da renovação da acumulação no RN recai em setores particularmente urbanos, a exemplo do turismo e de sua imbricação com o imobiliário - substanciando o que foi denominado de ‘imobiliário turístico’”. Natal e sua região metropolitana concentram excessivamente os equipamentos urbanos de comércio,

serviços (públicos e privados), além da forte concentração do mercado de trabalho, com poucos deslocamentos desses equipamentos na rede urbana potiguar. Na verdade, há indícios de deslocamentos ocorridos na zona oeste do estado, mais precisamente no município de Mossoró (CLEMENTINO E FERREIRA, 2015). Entretanto, a professora indica que esses indícios não são suficientes para refutar a sua tese de macrocefalia da rede urbana de Natal em comparação com os demais municípios do território potiguar.

Ademais, com a nova institucionalidade, em primeira instância, os governos estaduais passam a ser os responsáveis pela promoção do desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, as políticas de desenvolvimento do Rio Grande do Norte, juntamente com os indicadores de concentração dos equipamentos urbanos de comércio, serviços (públicos e privados), do mercado de trabalho e da riqueza, constituem elementos suficientes para ratificar a tese da macrocefalia da rede urbana de Natal, como afirmou Clementino (2016). Um exemplo disso está:

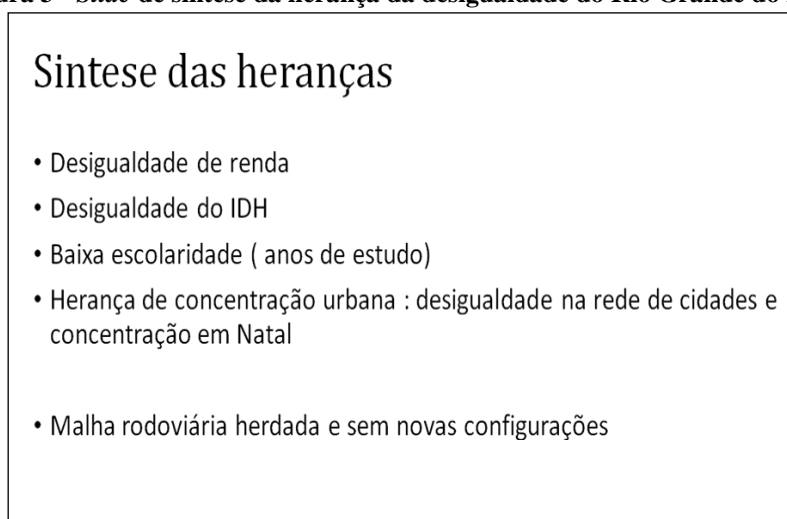
Na política de promoção da indústria efetivada pelo Programa Governamental de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI), [...]. Além disso, observou-se a ausência de uma política de desenvolvimento voltada para o interior do estado e um direcionamento dos investimentos para os municípios metropolitanos (CLEMENTINO e FERREIRA, 2015, p. 11-12).

Os planos estaduais recentes de desenvolvimento – “RN sustentável” (do Banco Mundial) (RIO GRANDE DO NORTE, 2012) e o “MAIS RN” (da Federação das Indústrias do Estado do RN - FIERN) (FIERN, 2016), debatidos no curso por Clementino (2016), também são outros exemplos de políticas locais que não têm conseguido promover a tão almejada redução dos desequilíbrios intraestadual e promover o desenvolvimento dos eixos interioranos. “O que implicou em excessiva concentração de riqueza, empregos e salários na Região Metropolitana de Natal, demarcada pela clara tendência do Produto Interno Bruto - PIB do RN nessa localidade, confirmando uma direção historicamente determinada” (CLEMENTINO E FERREIRA, 2015, p. 11-12). Considerando apenas as relações entre a cidade de Natal e a sua região metropolitana, a capital ainda continua concentrando, excepcionalmente, a riqueza, os salários, a ocupação e a produção do Estado<sup>6</sup>.

Dessa forma, Clementino (2016) mostra que a histórica concentração dos equipamentos urbanos do comércio, dos serviços (públicos e privados), da indústria, do mercado de trabalho e da riqueza na capital do estado, Natal, deixou heranças de grandes desigualdades regionais dentro do estado, que perduram até a atualidade. Nesses termos, na figura 3, abaixo, encontra-se sintetizado a herança que o desenvolvimento desigual do estado do RN deixou.

---

<sup>6</sup> De 2003 e 2010, Natal absorveu aproximadamente 75% do PIB do RN (CLEMENTINO E FERREIRA, 2015, p. 12).

**Figura 3 - Slide de síntese da herança da desigualdade do Rio Grande do Norte**

**Fonte:** Clementino (2016).

Assim, a análise da configuração do território potiguar, através da metodologia abordada por Clementino (2016), finaliza chamando a atenção da “mão do Estado” como indutor do desenvolvimento e, igualmente, promotor das desigualdades regionais, quando concentrado em um núcleo regional os principais recursos disponíveis para as políticas de redução das desigualdades. Portanto, considerar os conflitos de diversas naturezas, que estruturam um determinado espaço, e as lutas de classe em torno deste ambiente construído socialmente, representa um dos braços da concepção teórica e metodológica que Clementino (2016) faz uso em suas pesquisas. Essa metodologia, pautada por análises heterodoxas do pensamento, foi amplamente demonstrada no curso “O Rio Grande do Norte e Natal como objeto e campo de estudo”, considerando que o lugar é uma produção social e está sujeito às diversas interferências tanto do capital quanto do Estado.

### **Considerações finais**

Maria do Livramento Miranda Clementino construiu sua disciplina “O Rio Grande do Norte e Natal como objeto e campo de estudo” de modo a utilizar seus estudos acerca do Rio Grande do Norte, com ênfase na Região Metropolitana de Natal, como forma de demonstrar a aplicabilidade da metodologia aos estudos territoriais, ora tecendo considerações acerca das contradições do contexto histórico estrutural em voga, ora fundamentando-se em autores renomados no campo dos estudos regionais, ora contrapondo-se a gestão estatal na promoção do desenvolvimento regional.

Apensar de não ser objeto deste artigo, vale mencionar que, em sua vasta produção bibliográfica, é possível encontrar estudos sobre aglomerados urbanos, conurbação, metropolização, grau de integração metropolitana, macrocefalia urbana, entre outras (CLEMENTINO, 2016).

De forma geral, a metodologia utilizada por Clementino (2016) pode ser classificada a partir dos temas e da bibliografia apresentados durante a ministração da disciplina em tela. Assim, pode-se identificar três grandes procedimentos de análise utilizados pela professora, que foram divididas de acordo com cada abordagem/subtópico trazidos ao longo deste trabalho: a) a primeira etapa diz respeito à parte da metodologia que se dedica, primeiramente, aos estudos da abordagem do lugar, os métodos utilizados para estes estudos e as advertências a serem consideradas; b) a segunda etapa diz respeito à importância de caracterizar e situar historicamente o local que está sendo estudando dentro de um contexto de múltiplas escalas, necessitando que sejam realizadas as devidas mediações e, por fim, c) a terceira etapa representa as reflexões acerca dos cenários recentes de transformações do lugar e seus respectivos indutores.

Dessa forma, a metodologia utilizada por Clementino (2016), sobre os estudos das transformações dos espaços e territórios, deixa claro que: i) as escalas são produzidas em processos heterogêneos e conflitivos, sendo resultados de lutas sociais históricas, relações econômicas, políticas, culturais e de poder, que operam na interação entre as escalas local, nacional e global; ii) não há recortes territoriais sem significado explicativo, uma vez que as escalas não são dadas, mas são objetos produzidos com a abstração e liberto da analogia cartográfica; iii) a configuração do território é resultado, mais ou menos balanceado, da atuação das forças nas diversas escalas (local, regional, nacional e global) e iv) as formulações heterodoxas e a abordagem interdisciplinar são essencialmente importantes na concepção teórica e metodológica da análise dos conflitos que estruturam um determinado espaço e seu legado às gerações futuras.

Dessa forma, conclui-se que, a despeito da especificidade de estudar Natal e o Rio Grande do Norte, este trabalho considera que muitas contribuições, de cunho eminentemente prático, foram delineadas. Informando, deste modo, propostas e métodos de análise das formas e escalas a serem consideradas na observação dos planejamentos e das políticas públicas que os governos, em suas diversas instâncias, lançam mão para promover o desenvolvimento de seu território.

## Referências

BRANDÃO, C. **A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento:** uma agenda para os estudos regionais e urbanos. Tese de livre docência. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas. 2003.

CANO, W. Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil. *In:* CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil.** Campinas. Editora Unicamp. cap. 5, pp. 117-125, 2002.



\_\_\_\_\_. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995)**. 2.ed. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

CASTRO, I. E. O problema da escala. *In*: CASTRO, I. E.; CORREA, R. L.; GOMES, P. C. C. (Organizadores). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. pp. 117-140.

CLEMENTINO, M. L. M. **O maquinista de algodão e o capital comercial**. Natal: EDUFERN, 1985.

\_\_\_\_\_. **Complexidade de uma urbanização periférica**. Tese de doutoramento. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas UNICAMP. Campinas, 1990.

\_\_\_\_\_. **O Rio Grande do Norte e Natal como objeto e campo de estudo**. Notas de aula. Disciplina ministrada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2016.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Dois Décadas da Região Metropolitana de Natal**. v. 1. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

CLEMENTINO, M. L. M.; FERREIRA, A. L. **Natal**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CLEMENTINO, M. L. M.; FERREIRA, A. L. Transformações recentes na dinâmica urbana da Região Metropolitana de Natal. *In*: Silva, Sílvia Bandeira de Mello e; Carvalho, Inaiá Maria Moreira de; Corso, Gilberto. (Orgs.). **Transformações metropolitanas no Século XXI**: Bahia, Brasil e América Latina. 1ed. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2016, v. 1, pp. 1-30.

FIERN. Federação das Indústrias do RN. **Mais RN**. Natal. 2013. Disponível em: [www.fiern.org.br](http://www.fiern.org.br). Acesso em: 27 mar. 2016.

GARCIA, O. L. **A economia do estado do Rio Grande do Norte no contexto da economia brasileira de 1985 a 2000**. Natal: (Relatório de Pesquisa), 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. SEPLAN. Secretaria de Planejamento do RN. **RN Sustentável - 2012**. Disponível em: [www.rnsustentavel.rn.gov.br](http://www.rnsustentavel.rn.gov.br). Acesso em: 27 mar. 2016.

VAINER, C. **As escalas do poder e o poder das escalas**: o que pode o poder local. Texto da VI semana de Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro. IPPUR, 1999.

*Artigo recebido em 01/07/2020*

*Artigo aceito em 08/08/2020*